



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRÁSILIA, DF, 21 DE DEZEMBRO DE 1998

Meu caro Ministro e amigo Raul Jungmann; Senhor Núncio Apostólico, Dom Alfio Rapisarda, que tem sido uma permanente presença de estímulo a tudo que de transformação positiva para o povo é feito no Brasil; Senhores Ministros de Estado; Doutor Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República; Senhores Senadores, Deputados, Parlamentares; Meu caro Milton Seligman, que é o Presidente do Incra; os novos assentados; Senhoras e Senhores,

Seria uma demasia eu acrescentar qualquer coisa ao que disse o Ministro Raul Jungmann. O Ministro demonstrou, de forma direta e simples, o que foi feito, o esforço desses quatro anos de Governo, que permitiu que, efetivamente, cumpríssemos uma meta, a qual, embora alguns pudessem considerar modesta, significa assentar mais gente que em toda a história do Brasil. É que nós, brasileiros – e isso é bom que assim seja – queremos sempre mais. Eu também quero mais.

Esses primeiros assentamentos que fizemos, hoje, já ultrapassam 280 mil – são 287 mil. Só neste ano, foram 100 mil. Vamos fazer alguns mais ainda, até o fim do ano – e eles demonstram a vontade do Governo de

resgatar a dívida social do Brasil. Quanta gente fala disso? Quantos discursos fiz, quantos ouvi a respeito da matéria? O difícil é, realmente, começar a pagá-la. Nós estamos começando a pagar essa dívida. Não se pode pagar de uma vez só. Não há condições para isso. Mas, com continuidade, com perseverança, consegue-se resgatá-la

Esses números, na sua frieza, talvez escondam o fato de que por trás deles vivem 1 milhão e 500 mil pessoas que eram excluídas. Hoje, elas começam a ser incluídas. São fatos dessa natureza que animam aqueles que, como nós, temos a responsabilidade de dirigir o País para prosseguir na nossa caminhada.

O esforço feito foi muito: a multiplicidade de instituições criadas, o Congresso sempre prestante nesta matéria – e, como disse o Ministro Raul Jungmann, toda a gente duvidava da possibilidade de aprovação das medidas que foram aprovadas pelo Congresso –, a modificação profunda nas relações jurídicas, na forma de atuação, no inter-relacionamento do Governo com os movimentos sociais – nem sempre em termos de diálogo, como eu gosto; muitas vezes, em termos um pouco mais conflitivos. Mas, de qualquer maneira, o Governo sempre sabendo distinguir o que é a pressa, até compreensível, do que é o excesso inaceitável, mantendo uma relação correta de não-manipulação dos movimentos sociais, de utilização, como disse o Ministro, da energia deles para fazer com que o País avançasse. Foi isso que permitiu, como continua a permitir, o avanço social no Brasil.

Vamos precisar, agora, não apenas de assentar famílias, como estão as assentadas, mas de cuidar da qualidade dos assentamentos, de melhorar a situação educacional, a situação das estradas, a produção, a produtividade, a comercialização, porque não adianta muito dar terra e, depois, daqui a dez anos, vai-se verificar: não aconteceu nada, senão que as terras foram abandonadas. Infelizmente, a história pregressa dos nossos movimentos de reforma agrária tem sido dessa natureza, e não só no Brasil.

Então, nesse novo mandato que o povo me concedeu, preciso prestar mais atenção àquilo que se vai fazer nas terras já distribuídas e de que maneira continuar a distribuí-las, mas de forma que elas signifiquem, efetivamente, uma incorporação.

Alguns dos instrumentos jurídicos e financeiros que foram aqui mencionados pelo Ministro da Reforma Agrária são muito importantes. O Banco da Terra é um instrumento novo. É um instrumento que permite que o Governo, com mais agilidade, compre terra – e as terras estão baratas, como disse o Ministro, por causa do Real, porque já não são mais reserva de valor – em condições melhores e nos locais mais apropriados. Isso não só economiza recursos como também economiza tempo, porque não há a demanda jurídica do processo de desapropriação.

É claro que o Congresso nos deu instrumentos melhores para a desapropriação, inclusive para coibir os abusos da desapropriação, a indústria da desapropriação, na questão relativa ao pagamento abusivo de juros ou à valorização excessiva de terras. Mas, ainda assim, nós vamos combinar o que vai continuar a existir, que são os instrumentos de desapropriação, com os elementos que o Banco da Terra propiciará para a compra de terra.

Nós vamos entrar nessa nova fase de Governo, a partir do ano que vem, em um novo momento desse mesmo processo, desse mesmo impulso de transformação. Nós temos que ver, cada vez mais, o mundo rural na sua totalidade. O pequeno povoado rural, a cidade que vive próxima do campo, os mecanismos pelos quais a situação de vida do homem que está no campo deixe de ser tão diferente da situação de vida do homem que está na cidade. Nós temos que usar o mundo rural como um elemento de incentivo a uma vida melhor e, portanto, onde a pessoa que nele habita possa ter educação para seus filhos, possa ter atendimento médico. Enfim, que não haja essa separação tão drástica entre cidade e campo, que é o que alenta esses movimentos maciços de migração, porque, evidentemente, com todas as condições da cidade, por ruins que sejam, elas oferecem melhores condições ou, pelo menos, melhor horizonte de vida para as famílias mais pobres. Nós temos que transformar o campo, mesmo nos setores que não são, ou melhor, sobretudo nos setores que não são do *agrobusiness*, da grande propriedade, num campo agradável de viver.

Esse esforço é, de alguma maneira, passar da mera etapa da reforma agrária para a etapa da valorização da localidade, da comunidade rural,

enfim, do desenvolvimento rural. É o que nós vamos enfrentar nos próximos anos.

Repito: isso não é em detrimento de um movimento de assentamento. Não se trata de o Governo abrir mão, abdicar dos instrumentos legais que permitem a desapropriação, mas se trata de fazê-la com mais tranquilidade e mais discernimento, podendo esse mesmo mecanismo ser complementado pelo Banco da Terra.

Houve outras inovações. O Ministro mencionou algumas. Alguns projetos que foram apoiados pelo Banco Mundial, como o Projeto Lumiar. Há várias inovações, mas não vem ao caso estar aqui a repeti-las. Apenas queria reafirmar a disposição do Governo nessa direção e dizer que isso mostra, esse fato mesmo de termos assentado tanta gente, que a preocupação com o social foi sempre dominante. Se não houvesse estabilidade na economia, não seria possível ter feito o que foi feito. Não existe uma contraposição entre a estabilidade da economia e a melhoria das condições da população, não existe. Pelo contrário, sem a estabilidade da economia, aí, sim, a população mais pobre é a que mais sofre.

Laboram em engano aqueles que imaginam que estabilidade é o oposto de desenvolvimento ou de bem-estar social. É engano total. Se não fosse assim, nesses últimos 30 anos de inflação galopante, em vários momentos, nós teríamos um Brasil prosperando para o povo. E não foi o que aconteceu. Foi um Brasil às vezes até prosperando, mas nunca para o povo. A estabilidade é que permite que, efetivamente, o povo comece – e eu friso: comece, porque é um processo, não é uma decisão impositiva, não tenho poder para tanto nem ninguém tem – de modo que o povo comece, nesse processo, a beneficiar-se das transformações que ocorrem na sociedade mais ampla.

Esse entendimento equivocado vai-se dissipando à medida que se vai vendo que nós estamos transformando a sociedade da melhor maneira possível, fazendo um esforço grande nisso. Não vou falar de outras áreas, como a educação, a saúde, a própria assistência social. Mas, em todas as áreas, a atitude do Governo foi a mesma, de fazer avançar o máximo possível.

O Ministro mencionou as condições políticas para isso. Na democracia, mesmo em uma sociedade complexa como a brasileira, não haveria outra possibilidade, não se avança sem que se juntem as forças, sem que haja um sistema de alianças, às vezes até contraditório, mas que tenha uma resultante. E o que conta é ver qual é a direção dessa resultante. E a direção está sendo visível nos progressos que estão sendo feitos.

Costumo dizer que, se não tivesse havido esse empenho, eu não teria sido eleito com a maioria com que fui reeleito, porque o povo não vota senão quando ele percebe que há um caminho. É mais fácil votar “não” do que votar “sim” para a manutenção de uma administração. E não há de ser por causa de debates abstratos que o povo vota. Vota quando vê que há um caminho concreto e que melhorou. Resolveu? Não. Não resolveu. Podia ser melhor? Talvez. Mas o passo foi dado, os passos estão sendo dados. E há a vontade de dá-los e há boa-fé – há boa-fé. O Governo trabalha de forma absolutamente transparente e com boa-fé.

Queria também terminar agradecendo. E, aí, o agradecimento é verdadeiramente justo. O Ministro Raul Jungmann foi um batalhador incansável pela reforma agrária. Incansável em todos os setores. Batalhou no Congresso, batalhou nas forças sociais, batalhou com as igrejas, batalhou até mesmo em praça pública. Batalhou o tempo todo. O tempo todo, ele se empenhou. Mesmo quando não se acreditava que seria possível juntar forças para obter resultados, ele as juntou. Isso é alguma coisa inegável. Apenas estou registrando um fato: a partir de um Ministério Extraordinário, ele fez um movimento de implantação de toda uma transformação no Brasil. E, portanto, meus agradecimentos a ele. Espero que continue batalhando.

Agora, ele mencionou, também, algo que é absolutamente certo e que acho que é de justiça reconhecer: além do Congresso, além dos movimentos sociais, do apoio das igrejas – e muito especialmente da Igreja Católica –, existe aqui a mencionar que os funcionários, os trabalhadores do Incra, foram, realmente, abnegados. Ele mencionou o Presidente Milton Seligman. Eu me associo às palavras do Ministro. Todos nós conhecemos o espírito dele, que é um espírito também combativo,

rápido, enérgico e que ajudou muito nesse projeto, nesse processo de avanço do movimento da reforma agrária no Brasil.

Mas há os milhares de funcionários. Há os diretores, há os técnicos, há os funcionários. Esses, normalmente, ficam desconhecidos e o são, porque não é possível saber o nome de cada um. E uma instituição que, digamos, não gozava de um prestígio de excelência, passou a ser reconhecida como uma instituição que presta serviços à sociedade. Isso não é pouco.

Ao mesmo tempo em que nós vamos dar ênfase, como já mencionei, a certos aspectos novos nesse mecanismo de integração dos excluídos à sociedade brasileira, precisamos também modificar o Incra para melhorá-lo, modificar o relacionamento do Incra com o Ministério da Agricultura, com os outros Ministérios, para dar força, para dar o reconhecimento de que ele necessita para avançar mais.

Nós estamos chegando a um momento no Brasil em que é possível reconhecer o esforço dos funcionários, da burocracia pública brasileira, que não é o que muitas vezes se pensa dela, em imagens superficiais, uma burocracia inchada e incompetente. Em certos setores, poderá ser até realmente inchada. Em outros, falta gente. Em alguns setores, não há a competência necessária. Precisa-se qualificar melhor. Em outros, há muita competência. Em uns é mal paga. Em outros, é paga excessivamente. Vamos ter que corrigir, progressivamente, esse processo também. Vamos corrigir esse processo, é uma questão de ter confiança, de persistir.

Mas, como Presidente da República, quero deixar, mais uma vez, o meu reconhecimento aos funcionários e aos técnicos pelo esforço que fizeram sob o comando do Ministro e do Presidente do Incra.

Por fim, uma palavra de encorajamento e de confiança e também de, digamos, felicitações àqueles que estão recebendo o seu pedaço de terra, com suas crianças. Só espero isso: que sejam felizes lá, que trabalhem bem, que continuem a ter o apoio da assistência técnica que o Governo tem que lhes prestar, que as crianças possam ter condições de aprender melhor, de ter uma situação de saúde melhor e que sejam todos muito felizes.

E termino aproveitando o final de ano para desejar a todos muito boas festas e um feliz 99 e que, a despeito de quaisquer nuvens, nós

tenhamos coragem o suficiente para afastá-las. Tenho certeza de que a nuvem vem para chover. E, quando chove, depois, as sementes brotam da terra e, mais tarde, se colhe. Nós vamos colher de novo, no final de 99, o que estamos plantando agora.

Muitíssimo obrigado e boa sorte.